

PARECER DO CONTROLE INTERNO/2022

Nº-134/2022 – CI/PMSDA.

Requerente: Comissão de Licitação

EDMILSON ALVES SANCHES, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Jarbas Passarinho, 77, Centro, Município de São Domingo do Araguaia, Estado do Pará, responsável pelo Controle Interno do Município de **SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA**, nomeado nos termos da **PORTARIA Nº 020/2021**, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará-TCM/PA, nos termos do §1º do Art. 11, da Resolução nº 11.410/TCM, de 25 fevereiro de 2014, que analisou integralmente o **2º Termo Aditivo ao contrato nº 20220016**, referente a **MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2022-06/SEMAS**, objeto: **ALUGUEL DE IMÓVEL COM ESTRUTURA FISICA, O QUAL SE DESTINA PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR.**

CONTRATADA: IVALDENILDA FERREIRA MENDES, CNPJ: 733.552.082-72.

APRECIAÇÃO:

Chegou a esta Diretoria do Controle Interno, para manifestação de visibilidade de parecer a legalidade do 2º termo Aditivo ao contrato nº 20220016, que tem como objeto: **ALUGUEL DE IMÓVEL COM ESTRUTURA FISICA, O QUAL SE DESTINA PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR.**

Trata-se de procedimento de Aditivo de VALOR ao contrato nº 20220016, referente ao **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2022 -06/SEMAS**, **REQUERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA/PA**, conforme diploma legal, Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

Nos autos do processo consta Ofício nº 64-29/12/2022/Secretária Municipal de Assistência Social, solicitando a Excelentíssima Sra. Prefeita Municipal Elizane Soares, Aditivo de valor do contrato nº 20220016, **TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ADITAMENTO DE CONTRATO (Prefeita Municipal), TERMO DE INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA ADITAMENTO DE CONTRATO (Secretário Municipal de Planejamento)**, Despacho ao Ilmo. Sr. Procurador do Município,

solicitando parecer Jurídico referente ao processo de aditivo, PARECER JURÍDICO AO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 20220016, **MINUTA DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20220016**, Despacho ao Controlador Interno, **AUTORIZAÇÃO** da Excelentíssima Sra. Prefeita a elaboração do respectivo Termo Aditivo.

No dia 30 de dezembro de 2022, a procuradoria Jurídica emite parecer recomendando a aprovação do 2º Termo Aditivo de valor do contrato Administrativo nº 20220016, considerando que as alterações contratuais propostas estão alinhadas com a legislação vigente e buscam atender às necessidades supervenientes identificadas durante a execução do contrato, mantendo assim o equilíbrio contratual e atendendo aos interesses da Administração Pública Municipal.

Consta também, ofício de despacho do dia 30 de dezembro de 2022 do Secretário Municipal de Planejamento ao Diretor do Controle Interno, solicitando emissão de Parecer desta Unidade sobre a legalidade do 2º Termo Aditivo de acréscimo, ao contrato 20220016, referente ao processo Licitatório na modalidade **nº MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2022-06/SEMAS, objeto: ALUGUEL DE IMÓVEL COM ESTRUTURA FÍSICA, O QUAL SE DESTINA PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR, para IVALDENILDA FERREIRA MENDES, CNPJ: 733.552.082-72.**

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL TERMO ADITIVO

O procedimento do Aditivo Contratual, está amparado legalmente o que determina a Lei de Licitação nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Art. 65, § 1º.

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas nos seguintes casos: (...)

§1º O Contrato fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

Portanto, devido a necessidade da locação do imóvel para funcionamento do Conselho Tutelar do município, nota-se, assim, que pretende este Municipal um acréscimo de **25%** do valor inicial, logo, um aumento dentro dos limites previstos no artigo 65. § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONCLUSÃO:

Esta Diretoria do Controle Interno – DCI, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados dos autos procedimentais, conclui-se, que com base nas



solicitando parecer Jurídico referente ao processo de aditivo, **PARECER JURÍDICO AO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 20220016, MINUTA DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20220016**, Despacho ao Controlador Interno, **AUTORIZAÇÃO** da Excelentíssima Sra. Prefeita a elaboração do respectivo Termo Aditivo.

No dia 30 de dezembro de 2022, a procuradoria Jurídica emite parecer recomendando a aprovação do 2º Termo Aditivo de valor do contrato Administrativo nº 20220016, considerando que as alterações contratuais propostas estão alinhadas com a legislação vigente e buscam atender às necessidades supervenientes identificadas durante a execução do contrato, mantendo assim o equilíbrio contratual e atendendo aos interesses da Administração Pública Municipal.

Consta também, ofício de despacho do dia 30 de dezembro de 2022 do Secretário Municipal de Planejamento ao Diretor do Controle Interno, solicitando emissão de Parecer desta Unidade sobre a legalidade do 2º Termo Aditivo de acréscimo, ao contrato 20220016, referente ao processo Licitatório na modalidade **nº MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2022-06/SEMAS, objeto: ALUGUEL DE IMÓVEL COM ESTRUTURA FÍSICA, O QUAL SE DESTINA PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR, para IVALDENILDA FERREIRA MENDES, CNPJ: 733.552.082-72.**

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL TERMO ADITIVO

O procedimento do Aditivo Contratual, está amparado legalmente o que determina a Lei de Licitação nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Art. 65, § 1º.

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas nos seguintes casos: (...)

§1º O Contrato fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

Portanto, devido a necessidade da locação do imóvel para funcionamento do Conselho Tutelar do município, nota-se, assim, que pretende este Municipal um acréscimo de **25%** do valor inicial, logo, um aumento dentro dos limites previstos no artigo 65. § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONCLUSÃO:

Esta Diretoria do Controle Interno – DCI, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados dos autos procedimentais, conclui-se, que com base nas



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA
CNPJ 83.211.391/0001-10
Gabinete da Prefeita



regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93, e demais instrumentos legais correlatos, declaro, ainda, que o referido processo se encontra, legalmente amparado pela Lei acima supracitada. Diante do interesse público devidamente justificado, o Controle Interno do Município de São Domingos do Araguaia/Pa., emite **PARECER FAVORAVEL** ao 2º Termo Aditivo de acréscimo de valor ao contrato nº 20220016 e que o mesmo seja dado publicidade.

Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas a comprovação ao **Ministério Público Estadual**, para as providências de alçada.

É o parecer.

São Domingos do Araguaia (PA), 30 de dezembro de 2022.


Edmilson Alves Sanches
DIRETOR DE CONTROLE INTERNO
PMSD/AGAB Nº 020/2021

Edmilson Alves Sanches
Diretor do Controle Interno
Portaria nº 020/2021 – GP/DAS